TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS
ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCE PELO CONTROLE INTERNO
MODELO 22

Município: Itaguaí		Referente ao Exercício de: 2020	
RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: CONTROLE INTERNO			
DETERMINAÇÕES/RECOMENDAÇÕES	AÇÕES/PROVIDÊNCIAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	CATEGORIA (IMPLEMENTADA/ PARCIALMENTE IMPLEMENTADA/NÃO IMPLEMENTADA)
DETERMINAÇÃO Nº 01: Observar o cumprimento do limite das despesas com pessoal, estabelecido na alínea “b”, inciso III, artigo 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.	No exercício financeiro de 2021 as despesas com pessoal do Poder Executivo do Município de Itaguaí atingiu o índice de 50,76%, logo dentro ao cumprimento determinado na alínea "b", inciso III, art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101/00.	Secretarias Mun. de Administração, Fazenda e Controladoria Geral	Implementada
DETERMINAÇÃO Nº 02: Observar a necessidade de ciência ao Poder Legislativo da abertura de créditos adicionais extraordinários, conforme dispõe o artigo 44 da Lei Federal n.º 4.320/64.	No exercício financeiro de 2021 todos os Créditos Adicionais Extraordinários abertos obtiveram a ciência do Poder Legislativo.	Secretaria Municipal de Governo	Implementada
DETERMINAÇÃO Nº 03: Implementar ações visando à adoção de procedimentos e à estruturação da gestão dos impostos municipais para sua instituição, previsão e efetiva arrecadação, requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal, e o pleno atendimento do art. 11 da Lei Complementar Federal nº 101/00, conforme detalhamento nos processos TCE RJ nº 222.469-0/20 (ISS) e nº 222.472-7/20 (IPTU e ITBI).	A Subsecretaria de Arrecadação, subordinada a Secretaria Mun. de Fazenda vem tomando medidas administrativas quanto ao fato. Medidas estas representadas na abertura de processos administrativos nº 11.218/2020 e 19.177/2021. Ressaltamos também que está em fase de processo licitatório a contratação de empresa especializada para organização e atualização de dados do Cadastro Técnico Urbano Municipal, cuja função será para a modernização administrativa e tributária do Município de Itaguaí-RJ. Ademais, foi nomeada uma Comissão de Elaboração de Minuta de Projeto de Lei sobre a Planta Genérica de Valores, publicada na edição nº 1017 do Jornal Oficial de Itaguaí.	Secretaria Mun. de Fazenda	Parcialmente implementada
DETERMINAÇÃO Nº 04: Providenciar a regularização dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/98 para fins de emissão do CRP, de modo que o Município não fique impossibilitado de receber transferências voluntárias de recursos pela União, impedido de celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, contrair empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União, bem como por instituições financeiras federais e de receber os valores referentes à compensação previdenciária devidos pelo RGPS.	No exercício financeiro de 2021 o Certificado de Regularidade Previdenciária foi emitido conforme determinação judicial. Entretanto conforme ofício emitido pelo ITAPREVI sob o nº 011/2022, no qual consta apenas o extrato sobre situação do CRP em 2021. O mesmo evidência que há pendências quanto as exigências aplicáveis aos regimes próprios de previdência social	ITAPREVI	Não implementada
DETERMINAÇÃO Nº 05: Encaminhar nas próximas prestações de contas, o Relatório de Avaliação Atuarial referente ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, em atenção ao disposto na Deliberação TCE-RJ nº 285/18.	No exercício financeiro de 2021 foi elaborado o relatório de Avaliação Atuarial. O mesmo será incluso na prestação de contas de Governo Municipal de 2021..	ITAPREVI	Implementada

<p>DETERMINAÇÃO Nº 06: Observar a compatibilidade entre os registros da dívida consolidada nos relatórios da LRF e nos demonstrativos contábeis, em cumprimento ao artigo 85 da Lei Federal n.º 4.320/64.</p>	<p>A Controladoria Geral do Município, através de ofício comunicou o fato da referida ressalva exposta pelo TCE-RJ, solicitando esclarecimentos a Secretaria Mun. de Fazenda. Entretanto constatamos que no exercício financeiro de 2021, não houve compatibilidade do resultado perante aos anexo 2 da LRF e anexo 16 da lei 4.320/64.</p>	<p>Secretaria Mun. de Fazenda</p>	<p>Não implementada</p>
<p>DETERMINAÇÃO Nº 07: Observar o cumprimento do limite mínimo de aplicação de 25% das receitas com impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal de 1988, com aplicação do saldo remanescente até o final do mandato.</p>	<p>A Secretaria Mun. de Educação tem se esforçado plenamente para o cumprimento do mínimo da aplicação de 25% com as receitas de impostos. Porém devido a continuidade da pandemia, alguns investimentos não puderam ser realizados. Ressaltamos também que houve um aumento de 32,48% na arrecadação de impostos em relação ao exercício financeiro de 2020, que combinado com o relatado contribuiu para o não atingimento dos 25%.</p>	<p>Secretaria Mun. de Educação</p>	<p>Não implementada</p>
<p>DETERMINAÇÃO Nº 08: Observar o disposto no §3º do artigo 25 da Lei Federal n.º 14.113/20, o qual estabelece que os recursos recebidos do Fundeb sejam utilizados no exercício financeiro em que lhes forem creditados, podendo ser utilizado, no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, até 10% destes recursos.</p>	<p>Durante o exercício financeiro de 2021 foram implementadas ações resultando no total de recursos passíveis de utilização no 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2022, em conformidade com o estabelecido no art. 25 e § 3º da Lei nº 14.113/2020.</p>	<p>Secretaria Mun. de Educação</p>	<p>Implementada</p>
<p>DETERMINAÇÃO Nº 09: Observar a correta movimentação dos recursos do Fundeb, com vistas ao cumprimento do artigo 25 da Lei Federal nº 14.113/20 c/c o artigo 85 da Lei nº 4.320/64.</p>	<p>Para continuidade das melhorias foi mantida a rotina de acompanhamento dos registros dos lançamentos e movimentações dos recursos do FUNDEB visando à correta movimentação dos mesmos e consequente conformidade para o cumprimento do art. 25 da Lei nº 14113/2020 c/c artigo 85 da Lei nº 4320/64, sendo tal ação realizada por servidor específico a partir do exercício de 2021.</p>	<p>Secretaria Mun. de Educação</p>	<p>Parcialmente implementada</p>
<p>DETERMINAÇÃO Nº 10: Observar a correta classificação das despesas na função 10 – Saúde, em atendimento ao artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12 c/c com inciso II do artigo 50 da Lei Complementar n.º 101/00.</p>	<p>No exercício financeiro de 2021 não houve despesa classificada e empenhada em despesa de exercício anterior (vencimentos e vantagens fixas) - função 10, nas fontes de recursos ordinário (01), bem como na fonte de recurso de impostos (92).</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde</p>	<p>implementada</p>
<p>DETERMINAÇÃO Nº 11: Observar a correta classificação das despesas na função 10 – Saúde, consideradas como ações e serviços públicos de saúde aquelas em atendimento ao artigo 3º da Lei Complementar n.º 141/12.</p>	<p>A Secretaria Mun. de Saúde se comprometeu que a partir do exercício financeiro 2022, se enquadrar integralmente as despesas inerentes as ações e serviços públicos de saúde, dentro do contexto referente ao percentual mínimo aplicado das receitas oriundas da arrecadação de impostos.</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde</p>	<p>Parcialmente implementada</p>
<p>DETERMINAÇÃO Nº 12: Observar a tempestividade na remessa da base de dados do Módulo “Término de Mandato”, em face do prazo estabelecido no § 1º do artigo 2º da Deliberação TCE-RJ no 248/08;</p>	<p>Comunicamos que a Deliberação 248/08 por se tratar de módulo de "Término de Mandato", no Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS). Entende-se que esta providência só poderá ser atendida no último ano de mandato do titular do Poder Executivo.</p>	<p>Secretaria Mun. de Assistência Social, Fazenda, Saúde, ITAPREVI CODUITA.</p>	<p>Não implementada</p>
<p>DETERMINAÇÃO Nº 13: Observar o registro de todas as disponibilidades financeiras no Sigfis, em atendimento à Deliberação TCE-RJ n.o 248/08.</p>	<p>Comunicamos que a Deliberação 248/08 por se tratar de módulo de "Término de Mandato", no Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS). Entende-se que esta matéria só poderá ser analisada no último ano de mandato do titular do Poder Executivo.</p>	<p>Secretaria Mun. de Assistência Social, Fazenda, Saúde, ITAPREVI CODUITA.</p>	<p>Não implementada</p>
<p>DETERMINAÇÃO Nº 14: Observar o registro de todos os encargos e despesas compromissadas a pagar no Sigfis, em atendimento à Deliberação TCE-RJ no 248/08.</p>	<p>Comunicamos que a Deliberação 248/08 por se tratar de módulo de "Término de Mandato", no Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS). Entende-se que esta matéria só poderá ser analisada no último ano de mandato do titular do Poder Executivo.</p>	<p>Secretaria Mun. de Assistência Social, Fazenda, Saúde, ITAPREVI CODUITA.</p>	<p>Não implementada</p>

<p>DETERMINAÇÃO Nº 15: Observar a correta aplicação dos recursos recebidos dos royalties do pré-sal, decorrentes da Lei Federal nº 12.858/13.</p>	<p>No que se refere a educação, os efeitos da pandemia perduraram no decorrer do exercício financeiro de 2021, o que prejudicou em muito na aplicação dos recursos vinculados ao ensino, inclusive os respaldados pela Lei nº 12.858/2013. Porém mesmo com esta situação adversa, os recursos aplicados (empenhados), no exercício em epígrafe, consoante a Lei 12.858/2013, totalizaram o valor de R\$ 2.007.813,95 (dois milhões, sete mil, oitocentos e treze reais e noventa e cinco centavos). Em relação a saúde, os recursos aplicados (empenhados), no exercício relatado foram de R\$ 509.996,20 (quinhentos e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte centavos). Logo, a soma dos valores liquidados da educação e da saúde representaram 50,53% do total recebido (4.982.752,06). Ressaltamos que tanto as secretarias de educação e saúde foram alertadas da imperiosa necessidade do consumo dos recursos recebidos, em conformidade com os princípios administrativos e segregando os percentuais estabelecidos pela Lei nº 12.858/2013.</p>	<p>Secretarias Mun. Educação e Saúde</p>	<p>Parcialmente implementada</p>
<p>DETERMINAÇÃO Nº 16: Observar o fiel cumprimento das determinações exaradas por esta Corte.</p>	<p>A Prefeitura tem se esforçado para cumprimento de todas as determinações citadas pelo TCE / RJ, principalmente àquelas passíveis de irregularidade, porém nem todas as exigências puderam ser sanadas.</p>	<p>Controladoria Geral</p>	<p>Parcialmente implementada</p>
<p>DETERMINAÇÃO Nº 17: Providenciar para que quando o Certificado de Auditoria emitir parecer conclusivo quanto à Regularidade com Ressalvas ou Irregularidade das Contas, especificar as medidas adotadas, no âmbito do controle interno, no sentido de alertar a administração municipal, quanto às providências a serem implementadas para melhoria da gestão governamental.</p>	<p>A Controladoria Geral do Município, procura enfatizar em seu Certificados de Auditoria, que comunica e cobra perante aos órgãos da administração pública os vícios observados pela mesma Controladoria, bem como as determinações elencadas pelo TCE/RJ ao longo do exercício financeiro.</p>	<p>Controladoria Geral</p>	<p>implementada</p>

<p>Responsável pela Elaboração</p>	<p>cargo: Contador</p>
<p>Nome: Jameson de Melo Brandão</p>	<p>Data: ____/____/____</p>
<p>Matrícula: 34497</p>	<p>Assinatura:</p>
<p>Responsável pelo Controle Interno</p>	<p>CRC-RJ nº 106553/O</p>
<p>Nome: Geraldo Gomes de Oliveira Filho</p>	<p>Data: ____/____/____</p>
<p>Matrícula: 46.026</p>	<p>Assinatura:</p>
<p>Prefeito Municipal</p>	
<p>Nome: Rubem Vieira de Souza</p>	<p>Data: ____/____/____</p>
<p>Assinatura:</p>	